

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

OLÍVIA BERNARDES ALMEIDA

**IMPACTO DOS VALORES EVIDENCIADOS PELAS EMPRESAS
ESTATAIS DEPENDENTES NOS INDICADORES PREVISTOS NOS
RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS, PERÍODO DE 2008 A 2010**

Belo Horizonte

2011

	<p>Olívia Bernardes Almeida</p>	<p>Impacto dos valores evidenciados pelas empresas estatais dependentes nos indicadores previstos nos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, período de 2008 a 2011</p>		<p>UFMG - FACE CEPCON 2011</p>	
--	---	--	--	--	--

Olívia Bernardes Almeida

**IMPACTO DOS VALORES EVIDENCIADOS PELAS EMPRESAS
ESTATAIS DEPENDENTES NOS INDICADORES PREVISTOS NOS
RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL DO PODER EXECUTIVO DO
ESTADO DE MINAS GERAIS, PERÍODO DE 2008 A 2010**

**Trabalho de conclusão de curso de
especialização apresentado ao Centro de
Pós-Graduação e Pesquisa em
Contabilidade e Controladoria da
Universidade Federal de Minas Gerais,
como requisito parcial à obtenção do título
de Especialista em Auditoria Externa.**

Orientador: Osmar Teixeira de Abreu

Belo Horizonte

2011

Impacto dos valores evidenciados pelas empresas estatais dependentes nos indicadores previstos nos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, período de 2008 a 2010/ elaborado por: Olivia Bernardes Almeida. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2011.

64 p.: il.

1. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) - Lei Complementar nº101/2000.
2. Relatório de Gestão Fiscal (RGF). 3. Empresas Estatais Dependentes. 4. Procedimentos administrativos e contábeis. 5. Indicadores. I. Almeida, Olívia Bernardes. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Econômicas. Biblioteca Prof. Emílio Guimarães Moura.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Em especial ao Osmar, pela dedicação;

e à Maria da Conceição Barros de Rezende, sem a qual não seria possível completar este estudo.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo demonstrar o impacto da inclusão dos valores relativos às empresas estatais dependentes na apuração dos indicadores previstos nos Relatórios de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, tendo em vista os procedimentos administrativos e contábeis necessários para sua evidenciação. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), regulamentou as finanças públicas no Brasil e promoveu a responsabilização na gestão das contas governamentais. Consoante a mesma, as empresas estatais dependentes são empresas controladas pelos entes da Federação que tenham, no exercício anterior, recebido recursos financeiros de seus controladores para o pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária e tenham, no exercício corrente, autorização orçamentária para recebimento de recursos financeiros com idêntica finalidade. Nesse sentido, os montantes por ela executados integram o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o qual deve ser emitido ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 da LRF. O RGF contém demonstrativos comparativos com os limites de que trata a LRF dos seguintes montantes: despesa total com pessoal; dívidas consolidada e mobiliária; concessão de garantias; e operações de crédito, além dos demonstrativos relativos às inscrições em Restos a Pagar e ao montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro. O estudo utilizou-se dos Relatórios de Gestão Fiscal concernentes ao terceiro quadrimestre de 2008, 2009 e 2010, publicados pelo Poder Executivo no órgão oficial do Estado, quer seja, Jornal “Minas Gerais”, bem como de consultas ao Armazém de Informações do Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais (SIAFI-MG). O resultado obtido a partir da análise demonstrou o impacto insignificante dos valores das empresas estatais dependentes na composição dos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, haja vista os procedimentos administrativos e contábeis criados para sua evidenciação.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº101/2000, Relatório de Gestão Fiscal (RGF), Empresas Estatais Dependentes, procedimentos administrativos e contábeis, indicadores.

ABSTRACT

This study intended to demonstrate the impact of the inclusion of values for the dependent states companies in the calculation of indicators expected in the Fiscal Management Reports of the Executive of the State of Minas Gerais, in view of the administrative and accounting procedures required for its disclosure. Complementary Law n° 101 of May 4, 2000, known as the Fiscal Responsibility Law (FRL), regulated the public finances in Brazil and promotes accountability in the management of government accounts. According to it, the dependent states companies are companies controlled by members of the Federation that have, in the previous year, received funding from its controlling shareholders for the payment of personnel expenses, cost in general or of capital, excluded, in the latter case, those from increased stock and have, in the current year, budget authorization for the receipt of funds with a similar purpose. Accordingly, the values for the dependent states companies have to be included in the Fiscal Management Report (FMR), which must be issued at the end of each quarter, holders of powers and agencies referred to in art. 20 of the FRL. The FMR contains comparative statements with the limits for dealing with the FRL of the following amounts: total personnel expense, consolidated and securities debt, granting of guarantees, and credit operations, in addition to the statements in relation to entries in outstanding and the amount of available cash on December 31. The study made use of the Fiscal Management Reports concerning the third quarter of 2008, 2009 and 2010, published by the Executive in the official organ of the State, the “Minas Gerais Newspaper”, as well as consultation with the Warehouse Information System Integrated Financial Management of Minas Gerais (SIAFI-MG). The result obtained from the analysis demonstrated the insignificant impact of the values of dependent states companies in the composition of the demonstratives of the Fiscal Management Report of the Executive of the State of Minas Gerais, given the administrative and accounting procedures established for its disclosure.

Key words: Fiscal Responsibility Law (FRL), Complementary Law n° 101/2000, Fiscal Management Report (FMR), dependent states companies, administrative and accounting procedures, indicators.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Impacto dos valores evidenciados pelas empresas estatais dependentes nos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais - 3º Quadrimestre de 2008.....	54
Tabela 2 – Impacto dos valores evidenciados pelas empresas estatais dependentes nos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais - 3º Quadrimestre de 2009.....	55
Tabela 3 – Impacto dos valores evidenciados pelas empresas estatais dependentes nos demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais - 3º Quadrimestre de 2010.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AROs – Antecipação de Receitas Orçamentárias

CEF – Caixa Econômica Federal

CGE/MG – Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMN – Conselho Monetário Nacional

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDAB – Fundo de Apoio Habitacional da Assembléia Legislativa de Minas Gerais

FUNFIP – Fundo Financeiro de Previdência

FUNPEMG – Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPLEMG – Instituto de Previdência do Legislativo do Estado de Minas Gerais

IPSEMG – Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais

IPSM – Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais

LC /101 – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Annual

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PDV – Programa de Demissão Voluntária

PEF – Programa de Estabilidade Fiscal

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

SCCG/SEF – Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda

SEF/MG – Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

SIAFI – MG – Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais

SOF – Secretaria de Orçamento Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCE – Tribunal de Contas do Estado